

Os procedimentos especiais do DL n.º 269/98, de 1 de Setembro – A Injunção –

2013
Câmara dos Solicitadores



Trabalho¹ coordenado pelo departamento de formação do
Conselho geral da Câmara dos Solicitadores

O presente trabalho resulta das ações de formação levados a cabo em sessão presencial, em Lisboa e Porto, respetivamente em novembro de 2012 e fevereiro de 2013, pela Câmara dos Solicitadores.

Não podemos deixar de salientar e agradecer os contributos da audiência, da Dr.ª Débora Riobom dos Santos, do Dr. João Aleixo Cândido, do Dr. João Baraona e sobretudo da Dr.ª Cláudia Boloto, responsável pela elaboração final das respostas às questões abordadas sobre a matéria dos Procedimentos Especiais do DL n.º 269/98, de 1 de setembro e sobre o processo de Injunção.

¹ Elaborado ao abrigo do novo acordo ortográfico

Índice

Legislação a considerar.....	7
Considerações Gerais	8
1. Qual o âmbito de aplicação dos procedimentos especiais do DL n.º 269/98, de 1 de Setembro?	8
2. Quais os procedimentos especiais previstos no DL n.º 269/98, de 1 de Setembro?	9
3. Qual a natureza jurídica dos procedimentos especiais do DL n.º 269/98, de 1 de Setembro?	9
4. Tendo em conta os dois procedimentos especiais previstos no DL n.º 269/98, de 1 de Setembro, qual o âmbito de aplicação de cada um deles e qual a relação entre ambos?	9
5. Porque é que o legislador consagrou dois procedimentos exatamente com a mesma finalidade, ao invés de consagrar apenas a injunção que é aquela que acarreta maiores vantagens para o credor?	10
6. Que situações ficam excluídas do âmbito de aplicação dos procedimentos especiais do DL n.º 269/98, de 1 de Setembro?	11
7. Quais as especificidades do regime especial das transações comerciais previstas no DL n.º 32/2003, de 17 de Fevereiro?	12
8. Quais as vantagens e desvantagens do procedimento de injunção?	14
9. Quais as consequências do recurso indevido aos procedimentos especiais do DL n.º 269/98?	14
10. Quais as competências do solicitador, enquanto mandatário, na tramitação dos procedimentos especiais do DL n.º 269/98?	15
Injunção / Tramitação	17
11. Como se caracteriza o procedimento de injunção?	17
12. Como se processa a contagem dos prazos na tramitação dos procedimentos especiais do DL n.º 269/98?	17
13. Onde está disponível o requerimento de injunção e como deve ser o mesmo apresentado?	18
14. Quais os requisitos e as menções necessárias ao preenchimento do requerimento de injunção?	19
15. Deve o requerente juntar ao requerimento de injunção quaisquer documentos, designadamente a procuração forense?	23
16. Aquando da entrega do requerimento de injunção há lugar ao pagamento de taxa de justiça?	23
17. Podem as partes introduzir alterações ao requerimento de injunção? E podem proceder a alterações do pedido e da causa de pedir, uma vez iniciado o procedimento?	24

18. Pode a secretaria recusar o recebimento da injunção? Com que fundamentos?	24
19. Pode o requerente reagir contra a recusa do recebimento do requerimento de injunção? De que forma?	26
20. Caso exista domicílio convencionado, pode o mesmo ser tido em conta nos procedimentos especiais do DL n.º 269/98 para efeitos de notificação/citação?	26
21. Como se processa a notificação do requerimento de injunção ao requerido quando existe e quando não existe domicílio convencionado?	28
22. Quais as consequências de o requerente ter invocado indevidamente a existência de domicílio convencionado e a notificação/citação ter sido efetuada em conformidade com este regime?	29
23. Qual o prazo dentro do qual o requerido pode deduzir oposição?	30
24. Quais as consequências de não ser possível concretizar a notificação pessoal do requerido?	30
25. Quais as consequências de o requerido ser pessoalmente notificado e não deduzir oposição dentro do prazo?	31
26. Caso o requerido não deduza oposição, pode a secretaria recusar a aposição da fórmula executória? Com que fundamentos?	31
27. Pode o requerente reagir contra a decisão da secretaria que recuse a aposição da fórmula executória? De que forma?	31
28. Quais as consequências de o requerido deduzir oposição à injunção?	32
29. Transformando-se o procedimento em ação, quais as consequências de tal facto?	32
30. Qual o prazo dentro do qual as partes devem proceder ao pagamento da taxa de justiça devida e quais as consequências da falta de pagamento da mesma?	33
A Ação Declarativa Especial – Tramitação	35
31. Quais os termos subsequentes da ação após a distribuição?	35
32. Quais as especialidades da ação declarativa especial face ao processo sumaríssimo?	35
33. Qual a tramitação processual da ação declarativa especial:	36
A Ação Executiva Baseada em Requerimento de Injunção	43
32. Quais as especificidades da execução baseada em requerimento de injunção ao qual foi aposta fórmula executória?	43

Legislação a considerar

- Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de Setembro, com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 383/99, de 23/09;
- Decreto-Lei n.º 183/2000, de 10/08;
- Decreto-Lei n.º 323/2001, de 17/12;
- Decreto-Lei n.º 32/2003, de 17/02;
- Decreto-Lei n.º 38/2003, de 08/03;
- Decreto-Lei n.º 324/2003, de 27/12;
- Decreto-Lei n.º 107/2005, de 01/07;
- Lei n.º 14/2006, de 26/04;
- Decreto-Lei n.º 303/2007, de 24/08;
- Lei n.º 67-A/2007, de 31/12;
- Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26/02;
- Decreto-Lei n.º 226/2008, de 20/11.

- Portaria n.º 220-A/2008, de 4 de Março (Balcão Nacional de Injunções);
- Portaria n.º 808/2005, de 9 de Setembro (Modelo do requerimento de injunção);
- Decreto-Lei n.º 32/2003, de 17 de Fevereiro (Regime relativo a Transações Comerciais).
- Acórdão n.º 437/2012

Considerações Gerais

1. Qual o âmbito de aplicação dos procedimentos especiais do DL n.º 269/98, de 1 de Setembro?

- a) **Obrigações pecuniárias emergentes de contrato;**
- b) **Obrigações pecuniárias de valor não superior a 15.000 €; aferição do valor do contrato.**

O âmbito de aplicação dos procedimentos especiais do DL n.º 269/98 encontra-se previsto no artigo 1.º do decreto preambular, aí se estabelecendo que os mesmos se destinam a exigir o cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos de valor não superior a 15.000 €.

Assim,

- As obrigações pecuniárias emergentes de contratos são aquelas que estão previstas e que emergem diretamente do contrato;

- Quanto ao valor da obrigação pecuniária, estabelece este artigo que a mesma não pode ser superior a 15.000 €:

Face à letra da lei, já se suscitou a questão de saber se a aplicação deste regime depende de o próprio contrato que serve de causa de pedir à ação ou ao procedimento ter valor igual ou inferior a 15.000 €.

Deve entender-se que, o que releva para efeito de valor, é o valor do direito de crédito que se pretende fazer valer na ação ou no procedimento em causa, independentemente do próprio valor do contrato ou dos contratos que lhe servem de causa de pedir.

Assim, independentemente do valor global das obrigações assumidas por via do contrato, podem os credores respetivos utilizar a ação ou o procedimento de injunção a fim de fazer valer o respetivo direito de crédito, desde que o montante da prestação exigida seja igual ou inferior aos valores resultantes do artigo 1.º do decreto preambular do DL n.º 269/98.

No entanto, um mesmo módulo contratual não pode dar origem a vários procedimentos, ainda que deles decorram sucessivas obrigações de pagamento de prestações pecuniárias, cada uma de valor não superior a 15.000 €.

A lei não permite que o credor proceda ao fracionamento da dívida, de forma a poder lançar mão dos procedimentos especiais do DL n.º 269/98, impedindo-o assim de organizar a sua defesa e nela poder formular pedido reconvenicional. A verificar-se, esta situação configuraria uma litigância de má-fé nos termos do disposto no artigo 456.º, n.º 2 alínea d) e artigo 665.º do C.P.C.

2. Quais os procedimentos especiais previstos no DL n.º 269/98, de 1 de Setembro?

Os procedimentos especiais previstos no DL n.º 269/98 são dois: a ação declarativa de condenação (artigo 1.º e ss. do Anexo) e a injunção (artigo 7.º e ss.).

3. Qual a natureza jurídica dos procedimentos especiais do DL n.º 269/98, de 1 de Setembro?

Enquanto a ação declarativa é uma ação judicial, confiada ao poder jurisdicional e conduzida por um juiz, a injunção, ao invés, é um procedimento de natureza eminentemente administrativa, tramitada por um secretário judicial que lhe aporá a fórmula executória, preenchidos que sejam certos requisitos. Claro que a injunção poderá transmutar-se numa ação, caso o requerido não seja pessoalmente notificado ou deduza oposição. Mas, caso tal não se verifique, estaremos perante um procedimento de natureza eminentemente administrativa.

4. Tendo em conta os dois procedimentos especiais previstos no DL n.º 269/98, , de 1 de Setembro, qual o âmbito de aplicação de cada um deles e qual a relação entre ambos?

Estes dois procedimentos têm exatamente o mesmo âmbito de aplicação: o previsto no artigo 1.º do decreto preambular do DL n.º 269/98.

O recurso a um ou outro dependerá, em exclusivo, da opção do credor, ficando assim inteiramente dependente da sua vontade o recurso à ação ou à injunção.

5. Porque é que o legislador consagrou dois procedimentos exatamente com a mesma finalidade, ao invés de consagrar apenas a injunção que é aquela que acarreta maiores vantagens para o credor?

A resposta a esta questão levar-nos-á a uma outra que é a de saber qual a relação entre os procedimentos especiais do DL n.º 269/98 e as formas do processo comum declarativo? (alternativo e facultativo ou obrigatório e subsidiário).

A questão que aqui se coloca é a de saber se o credor cujo crédito preenche os requisitos do DL n.º 269/98 está obrigado a recorrer a uma dessas vias ou se, ao invés, poderá optar entre a forma sumaríssima ou sumária do processo comum (consoante o valor da obrigação pecuniária não exceda a alçada do tribunal de comarca, ou a ultrapasse até aos 15.000 €).

A verdade é que o legislador pretendeu que, nestes casos, o nosso ordenamento jurídico contenha um procedimento mais célere do que os consagrados no âmbito do processo comum.

E daí que estes procedimentos sejam obrigatórios para o credor cujo crédito está nas circunstâncias previstas pelo artigo 1.º do preâmbulo DL n.º 269/98, de 1 de Setembro.

Caso o legislador tivesse consagrado apenas a injunção (que é aquela a que, em regra, o credor lança mão) estaria a violar grosseiramente o princípio constitucional do acesso ao Direito e aos Tribunais previsto no artigo 20.º da Constituição da República Portuguesa. O legislador foi, assim, “obrigado” a consagrar a ação declarativa, para que o credor continue a poder recorrer à via jurisdicional, se essa for a sua vontade.

Deste regime resulta que a relação entre as formas do processo comum declarativo e os procedimentos especiais não são facultativos, mas sim obrigatórios, não podendo o credor optar por uma ou outra via. Deverá recorrer aos procedimentos especiais sempre que o seu crédito preencha os requisitos do artigo 1.º do decreto preambular do DL n.º 269/98.

Aliás, isto mesmo resulta do elemento literal do artigo 462.º do C.P.C., onde, na sua parte final, se refere expressamente a obrigatoriedade destes procedimentos.

Por outro lado, também abona a favor deste argumento o facto de o processo sumaríssimo, na reforma legislativa em curso, estar revogado, prevendo-se assim a extinção desta forma de processo. Com efeito, o âmbito de aplicação do processo sumaríssimo está, hoje, muito limitado, dele se excluindo as obrigações pecuniárias emergentes de contrato cujo valor não exceda os 15.000 €.

6. Que situações ficam excluídas do âmbito de aplicação dos procedimentos especiais do DL n.º 269/98, de 1 de Setembro?

a) Obrigações de comparticipação nas despesas de condomínio uma vez que não emergem de contrato. Trata-se de uma obrigação decorrente da qualidade de proprietário de fração em regime de propriedade horizontal;

b) Obrigações pecuniárias de origem extracontratual, como acontece com qualquer crédito indemnizatório por danos emergentes de responsabilidade civil delitual ou responsabilidade criminal;

c) Obrigações emergentes de responsabilidade contratual: Mas nesta matéria há que fazer algumas ressalvas:

- Considera-se possível o recurso a estes procedimentos quando está em causa a obrigação pecuniária resultante da indemnização correspondente aos juros a contar da data de constituição em mora. Trata-se aqui de exigir o valor da obrigação pecuniária acrescida dos juros moratórios (que emergem diretamente do contrato).

Mas ainda aqui se coloca a possibilidade de o valor do procedimento exceder os 15.000 €, desde que o valor do capital se confina a este montante, excedendo-o apenas na parte correspondente aos juros. Não concordamos com esta posição, pois o valor referido no artigo 1.º do decreto preambular não discrimina desta forma o valor peticionado, devendo por isso entender-se que esse valor será o montante total admissível para o recurso a estes procedimentos especiais.

d) Cláusulas penais: a cláusula penal é a convenção através da qual as partes fixam previamente o montante indemnizatório a pagar pelo faltoso no caso de eventual inexecução do contrato (cf. artigo 810.º, n.º 1 do C.C.)

Através dela a parte assume pessoalmente determinada responsabilidade, mesmo nos casos em que a lei não lhe impõe esta obrigação, inserindo-se assim, no plano da liberdade contratual, não dependendo a sua validade e eficácia de comprovação da existência de danos.

A cláusula penal constitui uma estipulação negocial segundo a qual o devedor é obrigado a pagar ao credor uma quantia pecuniária, se não cumprir a obrigação, ou não cumprir nos termos devidos, a título de indemnização sancionatória.

Assim, quanto à questão de saber se o presente procedimento é ou não suscetível de aplicação a estas cláusulas penais, a doutrina e jurisprudência divergem.

Para alguns (Salvador da Costa) importa distinguir consoante ela foi convencionada a título indemnizatório, para o caso de incumprimento do contrato, ou com escopo meramente compulsório. No 1.º caso ela é inadmissível e no 2.º admissível.

Para outros esta não é a via processual adequada para acionar cláusula penal, mesmo que compulsória, decorrente de mora ou de qualquer vicissitude na execução do contrato. Entende-se que este meio destina-se a conceder ao credor uma via especialmente simples para a cobrança de dívidas pecuniárias que estejam diretamente previstas no contrato e não quaisquer obrigações pecuniárias adicionais.

A única condição relevante para aplicação do diploma é o não pagamento da obrigação pecuniária na data prevista. Se o devedor não paga, o credor pode exigir coercivamente que o faça. Mas se quiser usar de qualquer outra faculdade contratual, designadamente admonitória, terá que lançar mão de outra via processual.

e) Os créditos resultantes dos honorários devidos:

A dúvida que aqui se suscita é a de saber se estes procedimentos podem ser usados, uma vez que nestes casos a obrigação pecuniária, embora emergente de contrato, é fixada unilateralmente por uma das partes.

Também aqui a doutrina e a jurisprudência divergem, entendendo uns que sim², por se tratar de obrigação pecuniária emergente de contrato (sem possibilidade de interpretações restritivas) e outros que não³ (por a *ratio* do diploma não o admitir, além de que é a própria lei que, no artigo 76.º do C.P.C., determina que os honorários devem ser exigidos por via de ação a instaurar no tribunal da causa na qual foi prestado o serviço.

7. Quais as especificidades do regime especial das transações comerciais previstas no DL n.º 32/2003, de 17 de Fevereiro?

Na sequência da transposição para a ordem jurídica portuguesa de uma diretiva comunitária, foi aprovado o DL n.º 32/2003 e que contém um regime especial de cobrança de obrigações pecuniárias emergentes de transação comercial.

Este diploma define, no seu artigo 3.º, o que se deve entender por transação comercial: transação entre empresas ou entre empresas e entidades públicas, qualquer que seja a respetiva natureza, forma ou designação, que dê origem ao fornecimento de mercadorias ou à prestação de serviços contra uma remuneração.

a) Âmbito de aplicação: Este regime aplica-se às transações comerciais cobráveis que cumpram os seguintes requisitos:

- Constituam obrigações pecuniárias;

² Cf. Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa proferido em 29/09/2009 no processo n.º 167945/08.9YIPRT.L1-7.

³ Cf. Acórdão do Tribunal da Relação de Évora proferido em 19/09/2008 no processo n.º 291/08-2.

- Emergentes de contratos que envolvam o fornecimento de bens ou prestação de serviços;
- Entre entidades, coletivas ou singulares, que envolvam autonomamente uma atividade remunerada ou entre alguma destas e entidades públicas, desde que a relação seja de direito privado.

b) Os valores cobráveis: Como já se viu, no regime geral do DL n.º 269/98 são cobráveis as obrigações pecuniárias não superiores a 15.000 €.

Quanto a transações comerciais, regula o artigo 7.º do DL n.º 32/2003, havendo aqui que distinguir consoante o credor pretenda recorrer à ação declarativa do DL n.º 269/98, ou à injunção do mesmo diploma, pois o regime é diferente consoante o valor em causa.

Assim:

O recurso à injunção é admissível independentemente do valor da dívida. Isto significa que, sendo uma transação comercial, é possível recorrer à injunção mesmo que o valor da obrigação seja superior a 15.000 € (artigo 7.º, n.º 1).

O recurso à ação declarativa especial do DL n.º 269/98 é admissível quando o valor da transação comercial a cobrar não é superior à alçada da Relação (até 30.000 €).

Em suma, o sistema de cobrança de dívidas, quanto ao valor e com recurso à ação declarativa especial do DL n.º 269/98 pode ser delimitado da seguinte forma:

1. A ação declarativa especial é aplicável a qualquer obrigação pecuniária emergente de contrato de valor não superior a 15.000 €;
2. A ação declarativa especial é ainda aplicável a obrigações pecuniárias emergentes de transações comerciais de valor não superior a 30.000 €
3. Nas dívidas que não sejam entre empresas de valor superior a 15.000 €, o credor não terá outro recurso que não o de recorrer ao processo comum, ordinário ou sumário, consoante o valor exceda ou não a alçada da relação.
4. Nas transações comerciais abrangidas pelo DL n.º 32/2003 que excedam 30.000 €, o credor poderá lançar mão da injunção ou do processo comum ordinário, de acordo com a sua pretensão.

De referir ainda que, no caso de o credor recorrer à injunção para cobrança de uma transação comercial de valor superior a 30.000 €, a dedução de oposição e a frustração da notificação no procedimento de injunção determinam a remessa dos autos para o tribunal competente, aplicando-se a forma de processo comum (artigo 7.º, n.º 2 do DL n.º 32/2003).

8. Quais as vantagens e desvantagens do procedimento de injunção?

Vantagens: O procedimento de injunção é mais barato (em termos de custos do pagamento das taxas devidas), é muito mais célere (obtendo-se o título executivo num espaço de tempo relativamente curto), existem grandes facilidades de preenchimento do requerimento de injunção, o qual consiste num modelo aprovado pelo Ministério da Justiça.

Desvantagens: A propositura da injunção traduz-se no preenchimento de um modelo, onde a causa de pedir se indica através de uma cruz no respetivo campo (podendo em campo livre, mas limitado, indicar-se ainda outras circunstâncias).

[illegible]

9. Quais as consequências do recurso indevido aos procedimentos especiais do DL n.º 269/98?

Para aferir da adequação do procedimento de injunção torna-se necessário que, do requerimento injuntivo, resultem alegados os elementos indispensáveis para o efeito.

Não demonstrando o requerente, ao deduzir o procedimento injuntivo, que se encontram preenchidos os pressupostos legalmente exigíveis, faz um uso indevido e inadequado deste meio.

E neste caso três situações se podem verificar:

- Estar em causa uma injunção de valor superior a 15.000 €, sem a invocação de factos que permitam concluir tratar-se de uma transação comercial;
- Existir a falta de alegação, em injunção superior a 15.000 €, de que o requerido, pessoa singular, agiu no exercício de uma atividade comercial suscetível de ser enquadrada no conceito de empresa;
- Estar em causa uma injunção de valor superior a 15.000 € com invocação expressa de factos que afastam a aplicação do regime do DL n.º 32/2003, designadamente a circunstância de que o requerido é consumidor.

Nos termos do disposto no artigo 14.º, n.º 3 do DL n.º 269/98, existindo o recurso indevido ao procedimento de injunção deverá o secretário recusar apor a fórmula executória.

Caso seja aposta a fórmula executória poderá o executado opor-se à execução com estes fundamentos (artigo 814.º do C.P.C.).

Pode também o executado deduzir oposição à injunção com estes fundamentos.

Caso o executado se oponha, competirá ao juiz decidir e, nesta matéria, a jurisprudência diverge quanto à qualificação do vício em causa:

- Para uns está em causa exceção dilatório de erro na forma de processo, a qual impede o aproveitamento de qualquer ato praticado, na mediada em que a ação foi intentada através de formulário simplificado, inadmissível em qualquer outra forma de processo. Acresce ainda que, resultando deste procedimento de injunção uma diminuição das garantias de defesa do requerido, na medida em que o prazo para contestar é inferior, existirá nulidade de todo o processo (cf. Artigos 199.º, 493.º, n.º 2 e 494.º, n.º 1, alínea b) do C.P.C.).

- Para outros não se trata de um erro na forma de processo, pois este vício importa apenas a anulação dos atos que não possam ser aproveitados e impõe a prática dos que forem estritamente necessários para que o processo se aproxime, quanto possível, da forma estabelecida na lei. Assim, estaremos perante uma exceção dilatória inominada, pois trata-se de uma caso em que não se mostram reunidos os pressupostos legalmente exigíveis para a utilização da injunção, verificando-se um obstáculo que impede que o tribunal conheça do mérito da causa. E, nos termos do disposto no artigo 493.º, n.º 2, as exceções dilatórias obstam a que o tribunal conheça do mérito da causa e dão lugar à absolvição do réu da instância.

A verdade é que, independentemente da qualificação do vício, as consequências são exatamente as mesmas em ambas as situações: absolvição do réu da instância, com a consequente extinção da execução nos termos do disposto no artigo 817.º, n.º 4 do C.P.C.

10. Quais as competências do solicitador, enquanto mandatário, na tramitação dos procedimentos especiais do DL n.º 269/98?

As competências do solicitador, enquanto mandatário, no âmbito dos procedimentos especiais do DL n.º 269/98, variam e dependem do tipo de procedimento em causa.

Assim:

- No âmbito do procedimento de injunção o solicitador não tem qualquer limite na propositura do mesmo uma vez que, não estando em causa uma ação judicial, a mesma não está sujeita às regras de patrocínio judiciário previstas no artigo 32.º do C.P.C.

– Já no âmbito da ação declarativa especial o solicitador tem competência própria em todas as ações cujo valor não ultrapasse a alçada do tribunal de comarca (cf. artigo 32.º, n.º 1), podendo, no entanto, intervir em todas as outras cujo valor seja superior, fazendo requerimentos onde não se levantem questões de direito ou quando não haja advogado na comarca (cf. artigo 32.º, n.º 2 e n.º 4 e artigo 34.º do C.P.C.).

Injunção / Tramitação

11. Como se caracteriza o procedimento de injunção?

Sobre a caracterização do procedimento de injunção, sob a epígrafe “Noção”, rege o artigo 7.º ao dispor que: “Considera-se injunção a providência que tem por fim conferir força executiva ao requerimento destinado a exigir o cumprimento das obrigações a que se refere o artigo 1.º do diploma preambular, ou das obrigações emergentes de transações comerciais abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 32/2003, de 17 de Fevereiro”.

Trata-se, assim, de um processo pré-judicial tendente à criação de um título executivo extrajudicial na sequência de uma notificação para pagamento, sem a intervenção de um órgão jurisdicional, sob condição de o requerido, pessoalmente notificado, não deduzir oposição.

A razão deste procedimento assenta na constatação de que um grande número de processos instaurados nos tribunais, para fazer valer direitos de créditos pecuniários, termina sem que o demandado deduza oposição.

Visa a realização de objetivos de celeridade, simplificação e desburocratização da atividade jurisdicional, pensada com vista ao descongestionamento dos tribunais no que concerne à efetivação de pretensões pecuniárias de médio ou reduzido montante, pressupondo a inexistência de litígio atual e efetivo entre o requerente e o requerido.

12. Como se processa a contagem dos prazos na tramitação dos procedimentos especiais do DL n.º 269/98?

Nos termos do disposto no artigo 4.º do decreto preambular do DL n.º 269/98, à contagem dos prazos, no âmbito da ação especial e da injunção, são aplicáveis as regras do Código de Processo Civil, sem qualquer dilação.

Assim, as regras a ter em conta na contagem dos prazos são:

1.º Na contagem de qualquer prazo não se inclui o dia do evento a partir do qual o prazo começa a correr (artigo 279.º, alínea b) do Código Civil);

2.º O prazo processual, estabelecido por lei ou fixado por despacho do juiz, é contínuo, suspendendo-se, no entanto, durante as férias judiciais (cf. artigo 144.º, n.º 1 do C.P.C);

3.º Quando o prazo para a prática do ato processual terminar em dia em que os tribunais estejam encerrados, o seu termo transfere-se para o primeiro dia útil seguinte (cf. artigo 144.º, n.º 2 do C.P.C.);

4.º Para efeito de transferência do último dia do prazo para a prática de algum ato processual, consideram-se os tribunais encerrados nos dias de tolerância de ponto (cf. Artigo 144.º, n.º 3)

5.º É, em regras, de 10 dias o prazo para as partes requerem qualquer ato ou diligência, argüirem nulidades, deduzirem incidentes ou exercerem outro poder processual e para qualquer delas responder ao que tiver sido requerido pela parte contrária (cf. Artigo 153.º, n.º 1);

6.º O prazo para qualquer resposta conta-se sempre da data da notificação do ato processual ao qual se responde (cf. Artigo 153.º, n.º 2);

7.º O prazo de 3 dias a que se refere o artigo 254.º, n.º 3 do C.P.C., corre sempre continuamente, durante as férias, sábados, domingos ou feriados, presumindo-se que a notificação operou no terceiro dia posterior ao do registo da carta no correio, ou no seu primeiro dia útil seguinte, caso o não seja.

8.º Nos procedimentos especiais do DL n.º 269/98 não há qualquer dilação (cf. artigo 4.º do decreto preambular). Assim, independentemente da verificação de alguma das situações previstas no artigo 252.º-A do C.P.C, ao prazo perentório em curso, designadamente, à contagem do prazo para a oposição ao requerimento de injunção, não acresce nenhuma dilação.

13. Onde está disponível o requerimento de injunção e como deve ser o mesmo apresentado?

Dispõe o artigo 8.º, n.º 1 do Anexo ao DL n.º 269/98 que o requerimento de injunção é apresentado, à escolha do credor, na secretaria do tribunal do lugar do cumprimento da obrigação ou na secretaria do tribunal do domicílio do devedor. Porém, esta regra está hoje alterada pelo disposto na Portaria n.º 220-A/2008, de 4/3, que instituiu o Balcão Nacional de Injunções (BNI). Assim, tal norma tem agora a sua aplicação restrita aos requerimentos de injunção entregues na secretaria dos tribunais em formato de papel (cf. artigo 5.º, n.º 2 da Portaria). O que se pretendeu com o regime instituído pela Portaria n.º 220-A/2008 foi incentivar a apresentação do requerimento de injunção por via eletrónica junto do BNI, num propósito simultâneo de desmaterialização de processos e de racionalização de meios, propósito que a Portaria n.º 114/2008, de 6/2 já havia iniciado.

Assim, o procedimento de injunção é, à semelhança de todos os processos, tramitado eletronicamente, competindo à secretaria a sua inserção no sistema sempre que o mesmo é apresentado em papel.

O requerimento de injunção em formato eletrónico pode ser preenchido e enviado pela plataforma Citius⁴ ou apenas enviado por esta plataforma e preenchido em ficheiro autónomo (cf. artigo 5.º, n.º 1 alínea a) e b) da Portaria n.º 220-A/2008, de 4/3). Em qualquer destes casos a data de apresentação é a da comprovação do pagamento da taxa de justiça.

Acresce que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º do Anexo ao DL n.º 269/98 que, nos casos de apresentação de requerimento de injunção por advogado ou solicitador, é obrigatório a entrega por via eletrónica, acrescentando o n.º 2 da mesma disposição legal que o requerente que, sendo representado por advogado ou solicitador, não cumprir esta determinação, fica sujeito ao pagamento imediato de uma multa no valor de metade de unidade de conta, salvo alegação e prova de justo impedimento, nos termos previstos no artigo 146.º do C.P.C..

14. Quais os requisitos e as menções necessárias ao preenchimento do requerimento de injunção?

Dispõe o artigo 10.º, n.º 2 do Anexo ao DL n.º 269/98, de 1 de Setembro sobre os elementos que devem constar do requerimento de injunção.

Assim,

a) Deve o requerente identificar a secretaria do tribunal a que dirige o requerimento. Sobre qual a Secretaria judicial competente para a apresentação do requerimento de injunção dispõe o artigo 8.º, n.º 1 do Anexo ao DL n.º 269/98. Porém, como acima já foi dito, esta regra está hoje alterada pelo disposto na Portaria n.º 220-A/2008, de 4/3, que instituiu o Balcão Nacional de Injunções (BNI), nos termos da qual o requerimento de injunção deve ser tramitado eletronicamente. Assim, tal norma tem agora a sua aplicação restrita aos requerimentos de injunção entregues na secretaria dos tribunais em formato de papel (cf. artigo 5.º, n.º 2 da Portaria).

c) Deve o requerimento de injunção conter a identificação das partes, ou seja, do requerente e do requerido. Tais elementos de identificação traduzem-se na indicação do nome ou designação, do local da notificação por referência à sede ou domicílio, código postal, número de contribuinte e, se ou houver, fax e número do telefone.

⁴ Em <http://citius.tribunaisnet.mj.pt>.

Por outro lado, a relação jurídica material controvertida pode respeitar a uma pluralidade de sujeitos, seja do lado ativo, seja do lado passivo, nos termos dos artigos 27.º e 28.º do C.P.C., caso em que figurará no requerimento de injunção uma pluralidade de requerentes ou de requeridos.

c) Deve o requerente indicar onde deve ser feita a notificação, mencionando se existe ou não domicílio convencionado. Na verdade, existindo domicílio convencionado para a notificação, deve o requerente expressar essa menção no requerimento de injunção (artigo 2.º, n.º 1 do diploma preambular do DL n.º 269/98), com as implicações adiante referidas.

d) Deve o requerente do procedimento expor sucintamente os factos que fundamentam a sua pretensão, a qual assume particular importância. Na verdade, esta indicação traduz-se, no fundo, na indicação da causa de pedir prevista em geral no artigo 264.º, n.º 1 e no artigo 467.º, n.º 1 alínea c) do C.P.C., suscetível de apreciação jurisdicional no caso de o procedimento de injunção se transformar em ação declarativa.

Por outro lado, a lei não exige a indicação, no requerimento de injunção, das normas jurídicas ou das razões de direito em que o requerente baseia a sua pretensão, o que se prende, por um lado, com o facto de o secretário de justiça a quem é dirigido não controlar o mérito da pretensão formulada e, por outro, com a circunstância, no caso de o procedimento de injunção se transmutar em ação declarativa, de o tribunal conhecer oficiosamente das questões de direito. (cf. Artigo 664. Do C.P.C.).

Porém, não o dispensa de invocar, no requerimento, os factos jurídicos concretos que integral a respetiva causa de pedir, sendo certo que a lei só flexibiliza a sua narração em termos sucintos e sintéticos.

Como a pretensão do requerente só é suscetível de derivar de um contrato ou de uma pluralidade de contratos, a causa de pedir, embora sintética, não pode deixar de envolver o conteúdo das respetivas declarações negociais e os factos negativos ou positivos consubstanciadores do seu incumprimento por parte do requerido.

O impresso modelo do requerimento de injunção menciona, a título exemplificativo, vários módulos negociais, designadamente a abertura de crédito, o aluguer, a aluguer de longa duração, o arrendamento, a compra e venda simples e a prestações, a empreitada, o financiamento para aquisição a crédito, o financiamento de bens e serviços, a locação financeira, o mútuo, o seguro e a utilização de cartão de crédito, e expressa, a seguir: contrato de; origem do crédito; contrato n.º; data do contrato; períodos a que se refere e descrição sumária, esta com espaço limitado de preenchimento.

Não obstante a importância de todas as menções acima indicadas na identificação da causa de pedir, a verdade é que, o que verdadeiramente releva como causa de pedir é a descrição da origem do direito do crédito invocado pelo requerente ou os períodos a que se reporta; mas, contra a natureza das coisas, porventura sob o desajustado desígnio da máxima simplificação, o impresso reserva-lhe poucas linhas.

Em consequência, se o requerimento não expressar, embora sucintamente, os factos integrantes da causa de pedir, certo é que o requerente corre o risco de, na eventual apreciação jurisdicional subsequente, seja na ação declarativa de condenação com processo especial, seja na oposição à execução, ser confrontado com uma decisão desfavorável, designadamente por se entender que existe a nulidade de todo o processo por falta ou insuficiência de causa de pedir.

e) A lei impõe ao requerente que formule o pedido, com discriminação do valor do capital, dos juros vencidos e de outras quantias devidas.

Trata-se aqui da formulação do pedido, outro elemento fundamental no quadro do procedimento de injunção, a par da causa de pedir.

Tem-se discutido qual o sentido da expressão “outras quantias devidas”, no sentido de saber se as mesmas abrangem os juros vincendos, as despesas administrativas relativas à passagem do débito ao contencioso, as de expediente quanto a carta de mandatário ou os honorários a este devidos.

Tendo em conta que a causa de pedir no procedimento de injunção é o incumprimento contratual, as referidas quantias devidas a que se reporta este normativo hão-de resultar do que foi objeto do contrato em causa.

Consequentemente, inexistente fundamento legal para se entender que é possível aqui incluir os honorários convencionados entre o requerente com vista à recuperação do seu crédito.

Assim, nesta rubrica incluem-se os juros vincendos bem como as despesas administrativas relativas ao contrato que ao procedimento de injunção serve de causa de pedir, desde que, quanto a estas últimas, nele tiverem sido convencionadas.

f) Exige-se que o requerente do procedimento indique no requerimento a taxa de justiça paga.

Trata-se de um requisito relativo a custas. Porém, apenas a omissão de pagamento da taxa de justiça devida implica a recusa do procedimento de injunção, aliás em conformidade com o que atualmente resulta da lei geral de custas (cf. artigo 474.º, alínea f) do C.P.C.).

Consequentemente, tendo sido paga a taxa de justiça inicial do procedimento de injunção, a mera omissão desse facto no requerimento de injunção não acarreta para o requerente alguma consequência negativa em relação ao próprio procedimento.

g) No caso de procedimento de injunção relativo a débitos provenientes de transações comerciais abrangidas pelo DL n.º 32/2003, de 17 de Fevereiro, deve essa situação ser mencionada no requerimento.

h) A lei impõe que o requerente do procedimento indique o seu domicílio ou sede.

i) A lei exige que o requerente indique o endereço de correio eletrónico, caso pretenda receber por esse meio as notificações ou outras comunicações que lhe sejam dirigidas. Trata-se, conforme resulta do preâmbulo do DL n.º 269/98 da progressão legislativa na via da desmaterialização do procedimento de injunção.

Assim, independentemente de o requerente do procedimento indicar o respetivo domicílio ou sede, tem a faculdade de indicar também o seu endereço eletrónico com vista a receber por essa via as notificações que a secretaria lhe dirija.

j) Exige a lei que o requerente do procedimento indique se pretende que o processo seja apresentado à distribuição no caso de se frustrar a notificação ao requerido.

Assim, deverá o requerente declarar a sua pretensão de que o expediente respetivo seja remetido à distribuição, frustrada que seja a notificação do requerido.

Esta faculdade é importante e no interesse do requerente, uma vez que por via dele pode o mesmo evitar que o procedimento de injunção se transmute em ação declarativa, evitando assim os encargos daí decorrentes, designadamente quando seja de prever, pelas circunstâncias conhecidas, que o requerido não vai ser citado pessoalmente para aquela (mas apenas por via edital), o que porá em causa a cobrabilidade do crédito que o requerente pretende fazer valer.

l) Deve o requerente indicar o tribunal competente para a apreciação dos autos caso os mesmos sejam apresentados à distribuição, o que ocorre, designadamente, nos casos de frustração da notificação, dedução de oposição, reclamação de decisão do secretário ou sempre que por este for entendido que existe questão a carecer de decisão judicial.

A regra de competência relevante é a que consta do artigo 74.º do C.P.C. – *Competência para o cumprimento de obrigação* -, sendo que para este efeito de determinação do tribunal territorialmente competente, decorrente da atual redação deste normativo, não pode atender-se à data em que é instaurado o procedimento de injunção mas apenas à data em que a posterior ação declarativa é distribuída.

O regime contido no artigo 74.º, n.º 1 do C.P.C. pode assim ser resumido:

- Regra Geral: O tribunal competente será o do domicílio do réu;

- Sendo o réu pessoa coletiva: Pode o autor optar entre a regra geral (sede da ré) e o lugar de cumprimento da obrigação. Esse lugar será o que estiver convencionado ou, na falta de convenção, o domicílio do autor (artigo 774.º do Código Civil).

- Sendo o réu uma pessoa singular: Faculdade de o autor optar entre a regra geral e o tribunal do domicílio do credor, caso resida na área metropolitana de Lisboa ou Porto e o réu resida nessa mesma área.

m) A lei exige que o requerente que pretenda a notificação por agente de execução ou mandatário judicial indique essa pretensão e, no caso afirmativo, que mencione o respetivo nome e domicílio profissional.

n) Exige a lei que o requerente assine o respetivo requerimento.

15. Deve o requerente juntar ao requerimento de injunção quaisquer documentos, designadamente a procuração forense?

No momento de apresentação do requerimento de injunção não é necessário, nem sequer possível, a apresentação de qualquer documento, designadamente da procuração forense. Aliás, isso mesmo é referido no artigo 10.º, n.º 5 do DL n.º 269/98 ao dispor que o requerimento pode ser subscrito por mandatário judicial, bastando para o efeito a menção da existência do mandato e do domicílio profissional do mandatário.

16. Aquando da entrega do requerimento de injunção há lugar ao pagamento de taxa de justiça?

Sim. O valor a pagar depende do valor peticionado.

Assim:

- Sendo o valor da injunção até 5.000 €, a taxa de justiça corresponde a 0,5 UC;

- Compreendendo-se o valor da injunção entre os 5.000 € e os 15.000 €, a taxa de justiça corresponde a 1 UC;

- Sendo o valor da injunção superior a 15.000 €, o valor da taxa de justiça é de 1,5 UC.

Estes valores são agravados em 50% para os grandes litigantes e resultam do artigo 7.º e da Tabela II do Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo DL n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro.

17. Podem as partes introduzir alterações ao requerimento de injunção? E podem proceder a alterações do pedido e da causa de pedir, uma vez iniciado o procedimento?

As partes não podem introduzir alterações ao requerimento de injunção. Aliás, sendo o suporte eletrónico a regra geral e até obrigatório para requerimentos apresentados por advogados ou solicitadores, pela própria natureza e formatação do suporte, a questão nem tão pouco se coloca.

Por outro lado, e ao contrário de outras fórmulas processuais declarativas, a injunção não permite qualquer alteração, mesmo que se trate de redução de pedido, permitindo simplesmente a desistência (total) do pedido. Mas mesmo esta, expressamente admitida no artigo 15.º-A, só é possível até à dedução de oposição e até à aposição da fórmula executória, momento a partir do qual o requerente terá um título, podendo promover a respetiva execução.

18. Pode a secretaria recusar o recebimento da injunção? Com que fundamentos?

A secretaria pode recusar o recebimento do requerimento de injunção nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 11.º do DL n.º 269/98. O n.º 1 deste artigo reporta-se, pois, aos fundamentos de recusa pela secretaria, ou seja, pelo secretário de justiça, do requerimento de injunção, correspondendo, em parte, ao que prescreve o artigo 474.º do C.P.C. relativamente à recusa de recebimento da petição inicial pela secretaria judicial.

Acresce que, salvo o caso agora previsto na alínea h) do n.º 1 deste artigo, a recusa do recebimento do requerimento pelo secretário apenas pode ocorrer com fundamento em vícios externos liminarmente detetáveis.

Do artigo 11.º constam os fundamentos de recusa evidentes e que se traduzem no facto de o requerimento não estar endereçado à secretaria judicial competente, não indicar o tribunal competente para apreciação dos autos caso os mesmos sejam apresentados à distribuição, omitir a identificação das partes, não estar assinado, não estiver redigido em língua portuguesa, não constar do modelo aprovado ou não se mostrar paga a taxa de justiça devida.

Além destes, merecem especial referência os que se prendem com a falta ou deficiente indicação da causa de pedir ou do pedido.

É evidente que, caso seja submetida a apreciação judicial, a situação reconduz-se a manifesta improcedência, por ineptidão.

A dúvida reporta-se à falta de indicação ou de indicação completa a apreciar pela secretaria.

Para fundamentar a recusa do requerimento, com relevo para este questão, interessa o disposto no artigo 11.º, n.º 1, alíneas g) e h).

Estabelecem tais preceitos que a injunção deve ser recusada se o seu valor ultrapassar 15.000 € sem que conste menção de se tratar de transação comercial ou o pedido não se ajustar ao montante ou finalidade do procedimento.

Quanto à rejeição prevista na alínea g) da disposição legal acima referida, a lei só permite o procedimento de injunção independentemente do respetivo valor processual no caso de se tratar de obrigações pecuniárias decorrentes de transações comerciais especialmente previstas no artigo 7.º, n.º 1 do DL n.º 32/2003, de 17 de Fevereiro.

Assim, se o requerente não inserir no requerimento de injunção a menção de estarem em causa obrigações pecuniárias decorrentes de transações comerciais com o sentido amplo consignado na Diretiva n.º 2000/53/CE, e o valor processual dele decorrente exceder os 15.000 €, deve o secretário judicial proferir despacho de rejeição, por não se ajustar ao montante previsto para o procedimento de injunção.

Já quanto ao fundamento de rejeição estabelecido na alínea h) do n.º 1 do artigo 11.º, significa que o secretário judicial pode recusar o requerimento de injunção, nomeadamente, nas seguintes situações.

- Quando o pedido do requerente é diverso de quantia pecuniária;
- Quando o crédito que se pretende fazer valer tem origem em obrigações não civis ou comerciais, como acontece com os créditos emergentes de relações familiares ou laborais; quando a obrigação pecuniária peticionada não emerge de um contrato, como acontece com as quotas de condomínio;
- Quando existe uma absoluta falta de descrição, ainda que sumária, de factos e de sinalização correspondente ao contrato que sustente o pedido, o que se traduz numa absoluta inexistência de causa de pedir.

Em todos os restantes casos não cabe à secretaria procede a qualquer análise de pedido, causa de pedir ou respetiva compatibilidade, devendo o requerimento ser admitido. Com efeito, quanto à finalidade do requerimento, deve entender-se que não cabe à secretaria fazer qualquer análise ao conteúdo da causa de pedir que extravase as situações de manifesta desconformidade entre a natureza da injunção e os fundamentos que a suportam.

A admissão pela secretaria, como, aliás, a aposição de fórmula executória pelo secretário, são atos meramente administrativos, que não têm conteúdo jurisdicional e, portanto, a decisão respetiva não pode fundar-se no conteúdo dos fundamentos invocados.

Tal não significa que o secretário não possa, e não deva, com referência às alíneas g) e h) do artigo 11.º acima referidos, apreciar se o pedido ou os seus fundamentos, de forma manifesta ou evidente, não se enquadram na finalidade da injunção.

Esta é uma apreciação burocrática, que deve decorrer da análise do mero enunciado do formulário apresentado e do seu sentido literal, sem formulação de qualquer juízo conclusivo sobre a correção jurídica do mesmo.

A prática do BNI não tem seguido este rumo, tendendo a conferir força executiva a qualquer injunção de pagamento sem oposição.

19. Pode o requerente reagir contra a recusa do recebimento do requerimento de injunção? De que forma?

Prevê o artigo 11.º, n.º 2 do DL n.º 269/98 a hipótese de o secretário judicial recusar o recebimento do requerimento de injunção por qualquer dos fundamentos previsto no n.º 1 da mesma disposição legal, estatuinto-se ainda que dessa recusa há reclamação para o juiz.

A decisão de recusa do secretário judicial deve ser proferida por escrito, de forma sucinta e breve e devidamente fundamentada.

Havendo reclamação, deve o secretário, independentemente de distribuição, apresentá-la imediatamente ao juiz que, no prazo de 10 dias, deverá decidir sobre o objeto da reclamação (artigo 160.º, n.º 1 do C.P.C).

Na decisão da reclamação o juiz está limitado aos respetivos fundamentos, não podendo conhecer de outros vícios do requerimento de injunção.

Por outro lado, tendo a lei estabelecido uma taxa de justiça relativa a todo o procedimento, incluindo a vicissitude da reclamação, a mesma não está sujeita ao pagamento de taxa de justiça, quer a decisão judicial seja de confirmação ou de revogação do despacho proferido pelo secretário.

20. Caso exista domicílio convencionado, pode o mesmo ser tido em conta nos procedimentos especiais do DL n.º 269/98 para efeitos de notificação/citação?

Nos termos do disposto no artigo 2.º do decreto preambular do DL n.º 269/98, estabelece-se expressamente a possibilidade de as partes, nos contratos reduzidos a escrito suscetíveis desencadear os procedimentos a que se refere o artigo 1.º, convencionarem o local onde se consideram domiciliadas para a realização da citação ou da notificação.

Trata-se de uma estipulação de natureza substantiva tendente à estabilização do local de domicílio, com particular relevância no plano processual, em caso de litígio decorrente do contrato, e que deve decorrer de convenção expressa das partes para esse efeito, em contrato escrito.

Esta cláusula visa e permite evitar as dificuldades de comunicação dos atos de processo, com a consequente vantagem da celeridade do processamento da causa que tenha por objeto o litígio decorrente do contrato.

Esta convenção é suscetível de vincular não só pessoas singulares, como também, pessoas coletivas.

A citação do réu na ação declarativa especial e a notificação do requerido no procedimento de injunção dependem, no primeiro caso, de o autor juntar com a petição inicial o texto do contrato em que conste a convenção de domicílio e, no segundo, de isso ser assinalado no requerimento de injunção.

O n.º 2 do artigo 2.º ora em análise prevê a hipótese da alteração do local do domicílio convencionado, e estatui que ela está sujeita, com as necessárias adaptações, ao regime previsto no artigo 237.º-A do C.P.C. Ou seja, enquanto não se extinguirem as relações emergentes do contrato, é inoponível a quem na causa figure como autor qualquer alteração do domicílio convencionado, salvo se a contraparte o tiver notificado dessa alteração, mediante carta registada com aviso de receção, em data anterior à propositura da ação ou nos trinta dias subsequentes à respetiva ocorrência, não produzindo efeito a citação que, apesar da notificação feita, tenha sido realizada no domicílio em pessoa diversa do citando ou nos termos do n.º 5 do mesmo artigo.

Assim, os contraentes que convencionem a fixação do domicílio em causa e pretendam, enquanto não se extinguirem os efeitos do contrato, extrair efeitos da alteração do respetivo local, devem comunicá-la à contraparte, nos trinta dias subsequentes à alteração ou até à propositura da ação, por carta registada com aviso de receção.

A exigência de a comunicação dever ser feita através de carta registada com aviso de receção visa facilitar a respetiva prova, pelo que nada obsta a que opere por notificação avulsa, nos termos do artigo 261.º do C.P.C.

A omissão de cumprimento do ónus de comunicar a alteração do local de domicílio implica a inoponibilidade desse facto à parte contrária e, consequentemente, não constitui fundamento de elisão da presunção de citação/notificação pessoal.

Tendo existido alteração de domicílio o autor ou requerente devem, evidentemente, indicar na petição ou no requerimento de injunção a nova morada do réu ou requerido que lhe foi comunicada, para onde deve ser dirigido o ato de citação/notificação.

A citação será ineficaz se a notificação da alteração do domicílio tiver operado nos termos legais e a citação/notificação for realizada no domicílio anterior.

21. Como se processa a notificação do requerimento de injunção ao requerido quando existe e quando não existe domicílio convencionado?

Sendo a injunção um procedimento, estabelece a lei que a comunicação do seu teor à contraparte seguirá a forma de notificação e não de citação.

O certo é que, não obstante a diferença terminológica, a notificação da injunção não deixa de se traduzir na primeira comunicação feita à parte contrária da dedução contra si de uma pretensão de cobrança de dívida.

E o legislador estabeleceu um conjunto de formalidades próprias e com o manifesto propósito de agilizar e facilitar a sua comunicação.

O regime instituído assenta numa distinção entre os casos em que as partes convencionaram o domicílio para efeitos de citação/notificação, dos casos em que esta convenção não existe.

a) Processamento da notificação nos casos em que há domicílio convencionado:

Nestes casos o requerido deve ser notificado no âmbito do procedimento de injunção nos termos do disposto no artigo 12.ºA do Anexo do DL n.º 269/98.

Assim, o regime regra da notificação no âmbito do procedimento de injunção é a do envio de carta simples para o domicílio convencionado. Desde que o distribuidor postal certifique o depósito da carta, considera-se a mesma regularmente efetuada.

Porém, algumas vicissitudes podem ocorrer.

Nos casos em que não é possível o depósito da carta de notificação, a lei distingue duas situações: a impossibilidade de depósito devido à dimensão excessiva da carta, caso em que se estabelece a possibilidade de ser deixado no recetáculo um aviso, nos termos do artigo 236.º, n.º 5 do C.P.C., onde se informa o requerido de que o expediente relativo à notificação se encontra à sua disposição durante oito dias no estabelecimento postal. E neste caso a lei presume o conhecimento do destinatário por essa via.

Mas pode ocorrer a impossibilidade de depósito por qualquer outra razão, designadamente, inexistência de recetáculo, recetáculo cheio ou danificado, etc. Nestes casos

de impossibilidade de depósito deve considerar-se como frustrada a notificação por correio simples.

b) Processamento da notificação nos casos em que não há domicílio convencionado:

Nos casos em que esta convenção não existe o regime da notificação aproxima-se do regime geral da citação efetuada por correio registado, mas, mesmo nessas situações, são estabelecidas regras especiais facilitadoras da concretização do ato de notificação.

Assim, a notificação poderá ser efetuada por carta registada com aviso de receção (cf. artigo 12.º do Anexo do DL n.º 269/98) ou notificação promovida por mandatário ou agente de execução (cf. artigo 12.º, n.º 8 e 9 do mesmo diploma legal).

Nos casos em que a notificação se faz por carta registada com aviso de receção, caso a mesma se frustre, permite-se que o ato se concretize por via postal simples (cf. Artigo 12.º, n.º 3 e 4 do Anexo do DL n.º 269/98).

Para tanto, deve a secretaria efetuar pesquisas sobre a residência, local de trabalho ou, tratando-se de pessoa coletiva ou sociedade, sobre a sede ou local onde funciona normalmente a administração, nas bases de dados dos serviços de identificação civil, da segurança social, da Direcção-Geral dos Impostos e da Direcção-geral de Viação.

Confirmando-se o local de destino da notificação em todas as bases de dados, conclui-se a notificação por via postal simples, verificado que seja o depósito bem sucedido da mesma.

Se das pesquisas resultarem outros locais de destino da notificação, esta será efetuada em todos os locais, por via simples, devendo considerar-se validamente efetuada se concretizado o depósito em todos os destinos.

A notificação efetuada por mandatário ou agente de execução processa-se em termos em tudo análogos à prevista para o processo civil comum, aplicando-se o disposto nos artigos 245.º e 246.º do C.P.C.

22. Quais as consequências de o requerente ter invocado indevidamente a existência de domicílio convencionado e a notificação/citação ter sido efetuada em conformidade com este regime?

Na falta de redução a escrito do contrato onde estivesse convencionado o domicílio de cada um dos contraentes não é legalmente possível o recurso ao disposto no artigo 12.º-A do Anexo ao DL n.º 269/98, na medida em que lhe falta um pressuposto essencial.

Caso seja invocada pelo requerente a convenção de domicílio e o requerido seja notificado nesse pressuposto, demonstrando-se que tal convenção não existia, tal determinará a nulidade do ato de notificação efetuado.

E aqui duas situações se podem verificar:

- Se o requerido deduz oposição à injunção tempestivamente com este fundamento, parece que este vício não deve ser tido em conta nos termos do artigo 198.º, n.º 4 do C.P.C.;
- Se a notificação/citação foi efetuada sem que o requerido/réu tenha deduzido oposição e se, posteriormente, o credor executa o título formado, pode o executado deduzir oposição à execução com este fundamento nos termos do artigo 814.º do C.P.C.).

23. Qual o prazo dentro do qual o requerido pode deduzir oposição?

Nos termos do disposto no artigo 12.º, n.º 1 do Anexo do DL n.º 269/98, o requerido tem um prazo de 15 dias para pagar ao requerente a quantia pedida, acrescida da taxa de justiça por ele paga, ou deduzir oposição à pretensão. Como acima se referiu, a este prazo não acresce qualquer dilação, sendo a sua contagem sujeita ao regime previsto no Código de Processo Civil (cf. Artigo 4.º do decreto preambular do DL n.º 269/98)

24. Quais as consequências de não ser possível concretizar a notificação pessoal do requerido?

Frustrando-se a notificação ao requerido, duas situações podem ocorrer:

a) Tendo requerente afirmado expressamente que pretende a apresentação do procedimento de injunção à distribuição no caso de se frustrar a notificação ao requerido, nos termos do disposto no artigo 10.º, alínea j) do Anexo do DL n.º 269/98, e tendo sido esta tentada sem êxito, o procedimento será então apresentado à distribuição, transmutando-se o mesmo na ação declarativa de condenação com processo especial ou comum a que se referem os artigos 1.º a 5.º deste diploma.

b) Na falta desta indicação pelo requerente presume-se que o credor apenas pretende acionar a cobrança do seu crédito por esta via simplificada e que, portanto, em caso de frustração, o procedimento extingue-se, com devolução do expediente da injunção.

25. Quais as consequências de o requerido ser pessoalmente notificado e não deduzir oposição dentro do prazo?

Se o requerido tiver sido regularmente notificado e não deduzir oposição dentro do prazo legal, será aposta a fórmula executória ao requerimento de injunção, nos termos do disposto no artigo 14.º, n.º 1 do Anexo do DL n.º 269/98.

26. Caso o requerido não deduza oposição, pode a secretaria recusar a aposição da fórmula executória? Com que fundamentos?

Nos termos do disposto no artigo 14.º, n.º 3 do Anexo do DL n.º 269/98, o secretário pode recusar a aposição da fórmula executória quando o pedido não se ajuste ao montante ou à finalidade do procedimento.

Assim, no primeiro caso a recusa ocorre com fundamento em factos de ordem quantitativa, relacionadas com o valor do pedido formulado. E para efeitos de aferição do valor do pedido, deverá o secretário ter em atenção o valor do capital e dos juros vencidos até ao momento da apresentação do requerimento de injunção.

Pode, ainda, o secretário recusar a aposição da fórmula executória com fundamento nos casos em que o pedido não se enquadra no objeto legalmente previsto para o procedimento de injunção. Mas aqui suscitam-se algumas dúvidas quanto à amplitude dos poderes do secretário. Na verdade, se há casos em que, atenta a forma como o requerente configura a sua pretensão, a inadequação do regime da injunção é manifesta, outros há em que tal falta de adequação não é clara, sendo até duvidosa. Embora o secretário judicial não esteja impedido de interpretar e aplicar normas de direito substantivo, na medida em que tal se mostre necessário para qualificar a situação processual, a verdade é que a decisão de recusa de aposição da fórmula executória proferida pelo secretário não pode ter por objeto vícios de natureza substantiva suscetíveis de afetar interesses carecidos de tutela jurisdicional. Assim, em caso de dúvida, o secretário poderá apresentar ao juiz o requerimento de injunção quando lhe parecer ocorrer algum fundamento de recusa de aposição da fórmula executória.

27. Pode o requerente reagir contra a decisão da secretaria que recuse a aposição da fórmula executória? De que forma?

O artigo 14.º, n.º 4 do Anexo do DL n.º 269/98 refere a possibilidade de o requerente reclamar para o juiz do ato de o secretário judicial que recusou a aposição da fórmula executória

no requerimento de injunção. E esta reclamação visa a decisão judicial de saber se deve ou não ser recusada a aposição da fórmula executória. Como resulta claro deste normativo legal, a apresentação do procedimento ao juiz com vista a proferir decisão sobre esta reclamação não implica distribuição. Nela o juiz irá, ou não, confirmar a decisão do secretário, sendo certo, que caso a revogue, a decisão judicial proferida determinará a remessa do procedimento à distribuição.

28. Quais as consequências de o requerido deduzir oposição à injunção?

Se o requerido deduzir oposição ao procedimento de injunção deve o mesmo ser apresentado à distribuição, transmutando-se assim numa ação nos termos do disposto no artigo 16.º do Anexo do DL n.º 269/98.

29. Transformando-se o procedimento em ação, quais as consequências de tal facto?

Sobre os termos do procedimento de injunção subsequentes ao ato de distribuição rege, sob a epígrafe "Termos posteriores à distribuição", o artigo 17.º do Anexo do DL n.º 269/98.

Porém, importa desde já precisar o seguinte: pese embora o facto de o artigo 17.º, n.º 1 referir que após a distribuição o procedimento segue o disposto no artigo 1.º, n.º 4, artigo 3.º e 4.º do Anexo do DL n.º 269/98, tal regime não se aplica às transações comerciais de valor superior à alçada do tribunal da Relação. Com efeito, como decorre do disposto no artigo 7.º, n.º 4 do DL n.º 32/2003, em caso de injunção para cobrança de transações comerciais de valor superior a 30.000 € a remessa à distribuição determina, para todos os efeitos, que os autos sigam a forma de processo comum ordinário não sendo, portanto, aplicável a regra acima enunciada.

Assim, conclui-se que, em caso de frustração da notificação ao requerido ou de oposição por parte deste, os autos de procedimento de injunção são distribuídos, transmutando-se os mesmos em ações judiciais, cuja forma varia do seguinte modo:

a) Em ação declarativa de condenação, aplicando-se a forma de processo comum ordinário, nos casos de ações de dívidas emergentes de transação comercial a que seja aplicável o procedimento de injunção e cujo valor seja superior à alçada da Relação;

b) Em ação declarativa especial para o cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos. São as ações destinadas a exigir o cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes, quer de contratos de valor não superior a 15.000 €, quer de transações

comerciais a que seja aplicável o procedimento de injunção e cujo valor seja igual ou inferior à alçada da Relação.

Assim, a dedução de oposição no processo de injunção e a frustração da notificação ao requerido determinam a remessa do processo para o tribunal competente. A distribuição dos autos acarreta a definitiva passagem do procedimento a ação, ou seja, a sua transferência definitiva da Secretaria para o Tribunal.

30. Qual o prazo dentro do qual as partes devem proceder ao pagamento da taxa de justiça devida e quais as consequências da falta de pagamento da mesma?

Com a remessa dos autos à distribuição, as partes dispõem do prazo de 10 dias a contar da distribuição para proceder ao pagamento da taxa de justiça, sendo as partes notificadas pelo secretário judicial desse facto. A notificação alude ao artigo 7.º, n.º 6 do Regulamento das Custas Processuais, o qual estabelece que, nos processos de injunção, se o procedimento seguir como ação, é devido o pagamento da taxa de justiça pelo autor e pelo réu, no prazo de dez dias a contar da data da distribuição, descontando-se, no caso do auto, o valor já pago com a taxa de justiça relativa à injunção.

De referir ainda que, nos termos do disposto no artigo 40.º do Regulamento das Custas Processuais, não se aplica o disposto no artigo 145.º, n.º 5 do C.P.C. ao prazo de dez dias fixado no artigo 7.º, n.º 6 do Regulamento. Assim, as partes não podem proceder ao pagamento da taxa de justiça nos três dias úteis subsequentes ao termo do prazo de dez dias, com o pagamento de multa.

Após o pagamento da taxa de justiça, devem as partes enviar para o tribunal o comprovativo desse pagamento, sendo que o autor deverá ainda, nesta data, enviar a procuração forense, por a mesma não ter sido apresentada com o requerimento de injunção.

O réu, por seu turno, como não paga taxa de justiça com a apresentação do requerimento de oposição à injunção, pagará no prazo de dez dias a contar da data da distribuição o valor da taxa de justiça que corresponda à ação.

Quanto às consequências da falta de pagamento da taxa de justiça na ação transmutada do procedimento de injunção rege o artigo 20.º do Anexo do DL n.º 269/98., o qual dispõe que, na falta de junção do documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça, é desentranhada a respetiva peça processual.

A interpretação desta norma não tem sido pacífica.

Para uns a mesma terá o seu âmbito de aplicação restrito ao procedimento de injunção, afastando-se dele a ação declarativa de condenação em que aquele procedimento se haja transmutado.

Para outros, o regime desta disposição aplica-se à ação transmutada, devendo assim ser ordenado o desentranhamento da petição ou da contestação.

A posição maioritariamente acolhida pela doutrina e pela jurisprudência parece ser esta última, mas ainda assim, com uma especificidade: a cominação estabelecida no artigo 20.º do Anexo do DL n.º 269/98 tem aplicação também à ação transmutada (quer esteja em causa a petição do autor ou a oposição do réu) mas só opera depois de esgotados os mecanismos que se acham previstos no artigo 486.º-A do C.P.C..

Ou seja, a falta de pagamento da taxa de justiça, quer pelo autor quer pelo réu, levará a que a secretaria promova a notificação do faltoso para, em dez dias, suprir a falta e pagar a multa prevista no artigo 468.º-A, n.º 3.

Preterido o prazo normal e esgotados os dez dias subsequentes à notificação, terá lugar despacho de aperfeiçoamento, convidando o faltosos a proceder, em novo prazo de dez dias, ao pagamento da taxa de justiça e da multa antes devida, acrescida agora de outra multa de valor igual ao da taxa, mas com limite mínimo de 5 UC e máximo de 15 UC, conforme disposto no artigo 486.º-A, n.º 5 do C.P.C. E só depois, esgotados que estejam todos estes mecanismos, persistindo o faltosos na omissão do pagamento, será permitido ao tribunal determinar o desentranhamento da peça processual, nos termos do artigo 486.º-A, n.º 6 do C.P.C..

A Ação Declarativa Especial – Tramitação

31. Quais os termos subsequentes da ação após a distribuição?

Nos termos do disposto no artigo 17.º, n.º 1 do Anexo do DL n.º 269/98, após a distribuição segue-se, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 4 do artigo 1.º e nos artigos 3.º e 4.º.

Assim, o procedimento de injunção seguirá os trâmites da ação declarativa especial prevista nos artigos 1.º e seguintes do Anexo do DL n.º 269/98 e cuja tramitação é a seguir explicitada.

32. Quais as especialidades da ação declarativa especial face ao processo sumaríssimo?

A ação declarativa especial tem a estrutura básica do processo sumaríssimo, que continua a existir, como forma de processo comum, e cujo âmbito de aplicação é o previsto no artigo 462.º do C.P.C.

Porém, entre a ação declarativa especial em análise e o processo sumaríssimo há diferenças que importa assinalar.

Na ação declarativa especial, o autor “exporá sucintamente a sua pretensão e os respetivos fundamentos”, o que pressupõe simplicidade na estrutura da petição inicial. Na ação sumaríssima, não há qualquer alusão a uma exposição sucinta (o artigo 793.º do C.P.C. prescreve que o autor exporá, sem necessidade de forma articulada, a sua pretensão e os respetivos fundamentos, oferecendo logo as provas), pelo que poderíamos entender que há menor rigor na factualidade da petição inicial da ação declarativa especial.

No entanto, para todos os efeitos, os requisitos da petição inicial enunciados no artigo 467.º do C.P.C., aplicam-se também à ação declarativa especial, pelo que se conclui que a diferença entre as duas petições é mais formal do que real.

Nas comarcas de Lisboa e do Porto, a ação especial deve ser proposta nos juízos de pequena instância cível, exceto se o seu valor for superior à alçada do tribunal de 1.ª instância (artigo 130.º da LOFTJ, Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto).

Na ação declarativa especial, se o réu, citado pessoalmente, não contestar, o juiz, com valor de decisão condenatória, “limitar-se-á a conferir força executiva à petição, a não ser que ocorram, de forma evidente, exceções dilatórias ou que o pedido seja manifestamente improcedente” (artigo 2.º do DL n.º 269/98); na ação sumaríssima, os factos consideram-se confessados, mas o juiz terá que aplicar o direito, o que implica a elaboração de uma sentença com a estrutura clássica, ainda que o juiz possa aderir aos fundamentos da petição inicial.

Na ação declarativa especial, após a contestação do réu, se ação tiver de prosseguir, pode o juiz julgar logo procedente alguma exceção dilatória ou nulidade que cumpra conhecer, ou decidir do mérito da causa. Na ação sumaríssima, o juiz conhece das exceções com o julgamento.

Na ação declarativa especial, “as provas são oferecidas na audiência, podendo cada parte apresentar até três testemunhas”. Na ação sumaríssima, toda a prova tem de ser apresentada com o articulado respetivo, sendo limite de testemunhas de seis por cada parte.

A ação declarativa especial permite depoimentos apresentados por escrito, o que não está previsto na ação sumaríssima.

33. Qual a tramitação processual da ação declarativa especial:

A ação declarativa especial tem, no essencial, dois momentos principais: o momento da apresentação dos articulados (que são apenas dois: petição inicial e contestação) e o momento da audiência de discussão e julgamento.

a) Os articulados:

A petição inicial e a contestação são análogas à petição e contestação na ação sumaríssima.

Muito embora a lei não exija a forma articulada, há todo o interesse em elaborar a petição por artigos, seguindo o princípio de que a cada artigo deve corresponder um facto, pois assim se consegue uma maior clareza na exposição factual.

Nas ações de valor superior à alçada do tribunal de primeira instância, o prazo para contestar é de 20 dias, em vez de quinze, e pode-se requerer a gravação da prova, já que nestes casos, atendendo a que o valor da causa é superior à alçada do tribunal de comarca, é admissível recurso ordinário.

Muito embora o artigo 3.º, n.º 4 do Anexo do DL n.º 269/98 refira que “as provas são oferecidas na audiência, podendo cada parte apresentar até três testemunhas”, as mesmas

podem ser apresentadas com os articulados, sem prejuízo da possibilidade de alteração posterior.

De seguida, o réu será citado para contestar, sendo a citação efetuada nos termos já acima referidos, dependendo a sua tramitação da existência, ou não, de domicílio convencionado.

A contestação é a resposta do réu à petição inicial do autor, podendo a mesma consistir na impugnação dos factos alegados pelo autor (artigo 487.º, n.º 2, 1.ª parte do C.P.C.) ou na invocação de factos novos, traduzidos em exceções dilatórias (vícios de natureza processual) ou exceções perentórias (factos que impedem, modificam ou extinguem o direito do autor). Cf. artigos 487.º, n.º 2, 2.ª parte e 493.º, n.º 2 e 3 do C.P.C).

Só há lugar a dois articulados (petição e contestação), pelo que o réu não pode deduzir pedido reconvenicional.

Porém, caso o réu tenha deduzido algumas exceções, pode o autor responder à matéria das exceções no início da audiência de discussão e julgamento em obediência ao princípio do contraditório, nos termos do disposto no artigo 3.º, n.º 4 do C.P.C. Esta resposta é oral, devendo ser ditada para a ata.

Com os articulados devem as partes juntar o documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça inicial.

b) Consequências da falta de contestação:

Dispõe o artigo 2.º do Anexo do DL n.º 269/98 que “Se o réu, citado pessoalmente, não contestar, o juiz, com valor de decisão condenatória, limitar-se-á a conferir força executiva à petição, a não ser que ocorram, de forma evidente, exceções dilatórias ou que o pedido seja manifestamente improcedente”.

Resulta deste normativo que são pressupostos para a atribuição de força executiva à petição os seguintes: a citação pessoal do réu, a falta de contestação dentro do prazo respetivo (sendo a revelia operante nos termos conjugados dos artigos 484.º e 485.º do C.P.C.), a não ocorrência de exceções dilatórias e a procedência do pedido.

Significa isto que não estamos na presença de um efeito cominatório pleno, em que a falta de contestação determina a condenação do réu.

Ao invés, perante a falta de contestação, competirá sempre ao juiz verificar se existem exceções dilatórias que obstem à aposição da fórmula executória, das quais se destacam a incompetência absoluta e relativa do tribunal, a nulidade de todo o processo, a falta de

personalidade ou capacidade judiciária de alguma das partes, a ilegitimidade de alguma das partes e a litispendência ou caso julgado.

Mas para que não seja aposta a fórmula executória, face à não contestação do réu, importa ainda que o pedido seja manifestamente improcedente, sendo certo que esta expressão constitui um conceito indeterminado.

A ideia de manifesta improcedência corresponde à de ostensiva inviabilidade. O pedido é manifestamente improcedente quando não possa haver dúvida sobre a inexistência de factos que o constituíam ou sobre a existência, revelada pelo próprio autor, na petição inicial, de factos impeditivos ou extintivos desse direito.

Com este regime o legislador afastou, por completo, o efeito cominatório pleno que vigorou no processo sumário e sumaríssimo até à reforma introduzida pelo DL n.º 329-AA/95, de 12 de dezembro e que se traduzia na condenação de preceito, no pedido, perante a falta de contestação, vedando-se ao juiz, nesse regime, a possibilidade de negar a procedência da ação.

Por tais razões, o juiz não é dispensado da operação de subsunção, não podendo atribuir força executiva a petições iniciais inconcludentes. Se o juiz, confrontado com a petição inicial, estiver convencido que o autor não tem o direito a que se arroga, deve julgar o pedido improcedente.

Conclui-se que, nas ações de processo especial para cumprimento de obrigações pecuniárias emergente de contrato, instauradas à luz do DL n.º 269/98, em que o réu, citado pessoalmente, não tenha deduzido contestação, o juiz não deve limitar-se a conferir força executiva à petição inicial se a pretensão ali formulada for manifestamente improcedente, atentos os elementos constantes dos autos.

Questão diversa é a de saber quais as consequências de o réu não contestar, mas juntar ao processo um documento de quitação da dívida, emitida pelo autor.

Apesar de o artigo 489.º, n.º 1 do C.P.C. determinar que “toda a defesa deve ser deduzida na contestação”, o certo é que se o réu juntar um documento de extinção nos termos acima referidos, o juiz deverá julgar em conformidade, por resultarem dos autos elementos que conduzem a uma decisão diferente, tanto mais que, nos termos do disposto no artigo 523.º, n.º 2 do C.P.C., a prova documental pode ser junta aos autos até ao encerramento da discussão em 1.ª instância.

c) Conhecimento de exceções:

Tendo havido contestação, findos os articulados, o juiz poderá pronunciar-se sobre alguma exceção dilatória ou perentória, absolvendo o réu da instância ou do pedido.

Porém, não o poderá fazer sem ouvir o autor, de modo a que este possa pronunciar-se sobre as exceções deduzidas, em obediência ao princípio do contraditório. Assim, permite-se que o juiz, antes de designar data para a audiência, conheça de exceções, nulidades e do próprio mérito da causa, em obediência ao princípio da celeridade e economia processual, evitando-se deste modo a prática de atos inúteis.

d) Audiência de discussão e julgamento; sua designação e possibilidades de adiamento:

A audiência de julgamento deve realizar-se dentro de 30 dias, nos termos do disposto no artigo 3.º, n.º 2 do Anexo do DL n.º 269/98.

Não se aplica à ação especial em análise o disposto no artigo 155.º, n.º 1 do C.P.C., nos termos do qual, a fim de prevenir o risco de sobreposição de datas de diligências a que devam comparecer os mandatários judiciais, deve o juiz providenciar pela marcação do dia e hora da respetiva realização mediante prévio acordo com aqueles.

Por outro lado, a falta de comparência dos mandatários à audiência de discussão e julgamento, ainda que justificada, não constitui fundamento de adiamento, salvo se o valor da causa for superior à da alçada do tribunal de comarca.

Estas exceções às regras gerais aplicáveis ao processo comum encontram fundamento no princípio da celeridade processual.

Com efeito, o artigo 4.º, n.º 2 do Anexo do DL n.º 269/98 prevê, como exceção à regra constante do artigo 651.º alíneas a) a d) do C.P.C., e de acordo com as ideias de celeridade e simplicidade processual que caracterizam este regime, o não adiamento da audiência por falta, ainda que justificada, quer das partes quer dos seus mandatários, nas ações de valor não superior à alçada do tribunal de primeira instância. Nos restantes casos, observar-se-á o regime regra estatuído no artigo 651.º do C.P.C.

Os fundamentos de adiamento nas ações de valor superior à alçada do tribunal de 1.ª instância, e por uma só vez, são os seguintes:

- Caso seja oferecido um documento que, pela sua extensão ou complexidade, a parte contrária não possa examinar no próprio ato e cuja falta de resposta acarrete grave inconveniente no prosseguimento da audiência, nomeadamente nos casos em que as partes pretendam que determinadas testemunhas deponham sobre os mesmos, nos termos do disposto no artigo 651.º, n.º 1 alínea b) do C.P.C.;

- Falta de algum mandatário nos casos em que não foi observado o disposto no artigo 155.º do C.P.C. aquando da designação da data para a realização da audiência de discussão e julgamento, nos termos do disposto no artigo 651.º, n.º 1 alínea c) do C.P.C.;

- Falta de algum dos mandatários que tenha comunicado a impossibilidade da sua comparência, nos termos do disposto no artigo 651.º, n.º 1 alínea d) do C.P.C.

Em caso de adiamento, a audiência de julgamento deve efetuar-se num dos 30 dias imediatos, não podendo haver segundo adiamento.

e) Da gravação da audiência e apresentação da prova:

Prevê o artigo 3.º, n.º 3 do Anexo do DL n.º 269/98, a possibilidade de qualquer das partes requerer a gravação da audiência nas ações cujo valor exceda o da alçada do tribunal de 1.ª instância. Esta gravação é efetuada nos termos do disposto no artigo 522-C.º do C.P.C. e tem em vista a possibilidade de a parte vencida interpor recurso ordinário sobre o julgamento da matéria de facto.

Contrariamente ao que sucede nas ações a que corresponde processo sumaríssimo, em que as provas devem ser indicadas na petição inicial e na contestação, o oferecimento das provas na ação especial em análise tem lugar no início da audiência de discussão e julgamento, nos termos do disposto no artigo 3.º, n.º 4 do Anexo do DL n.º 269/98.

As partes podem oferecer qualquer tipo de prova, dos permitidos no nosso sistema jurídico, com exceção da prova pericial, a qual só pode ter lugar por iniciativa do juiz, caso a respetiva realização se mostre necessária à boa decisão da causa.

Quanto às demais, o único limite circunscreve-se à prova testemunhal, uma vez que as partes não podem apresentar mais do que três testemunhas, se o valor da ação não exceder a alçada do tribunal de 1.ª instância, ou até cinco testemunhas, nos restantes casos.

No que respeita ao momento de apresentação da prova documental, resulta da interpretação literal do n.º 4 do artigo 3.º que a mesma será, à semelhança do que sucede com os outros meios de prova, oferecida em audiência.

Mas, atenta a complexidade de determinados documentos, poderá, em certos casos, justificar-se o adiamento ou interrupção da audiência de discussão e julgamento a fim de, ao abrigo do disposto no artigo 651.º, n.º 1 alínea b) e 4 do C.P.C., assegurar o cumprimento do contraditório, com a consequente demora do processo. Tal inconveniente será evitável se as partes juntarem os documentos em momento anterior.

Por outro lado, as provas são oferecidas na audiência, o que significa que a prova testemunhal é apresentada pelas partes, não havendo lugar à respetiva notificação. O legislador quis impor às partes o ónus da apresentação das suas testemunhas, ónus que postula a proibição de adiamento da audiência por falta das testemunhas que a parte esteja obrigada a apresentar.

Assim, o não cumprimento desse ónus de apresentação das testemunhas na audiência obsta à possibilidade de realização da inquirição em momento posterior.

Prevendo a lei que a prova é oferecida na audiência, cabendo às partes o ónus de as apresentar, deste regime resulta também a impossibilidade de as testemunhas serem inquiridas por videoconferência.

f) Da tentativa de conciliação, produção da prova e alegações finais:

A tentativa de conciliação das partes promovida pelo juiz pressupõe a presença das mesmas ou dos respetivos mandatários, desde que munidos de procuração forense com poderes especiais para o efeito.

Caso a conciliação não seja possível, será de seguida produzida a prova oferecida pelas partes e admitida pelo juiz, com inquirição das testemunhas apresentadas.

O artigo 5.º do Anexo do DL n.º 269/98 prevê a possibilidade de as testemunhas apresentarem o seu depoimento por escrito.

Na verdade, se a testemunha tiver conhecimento dos factos por virtude do exercício das suas funções pode o depoimento ser prestado através de documento escrito, datado e assinado pelo seu autor, com indicação da ação a que respeite do qual conste relação discriminada dos factos e das razões de ciência invocadas.

O documento terá de ser acompanhado de cópia de documento de identificação do depoente e indicará se existe alguma relação de parentesco, afinidade amizade ou dependência com as partes, ou qualquer interesse na ação.

Quando o entender necessário, poderá o juiz, oficiosamente ou a requerimento das partes, determinar, sendo ainda possível, a renovação do depoimento na sua presença.

Finda produção de prova, pode cada um dos mandatários fazer uma breve alegação oral, nos termos do disposto no artigo 4.º, n.º 6 do Anexo do DL n.º 269/98, a qual terá como objeto quer a matéria de facto quer a matéria de direito.

g) Da sentença:

Nos termos do disposto no artigo 4.º, n.º 7 do Anexo do DL n.º 269/98, terminadas as alegações, deve o juiz proferir sentença sobre o objeto do litígio.

Na sentença, em regra, deve o juiz apreciar a matéria de facto e seleccionar, interpretar e aplicar as normas jurídicas pertinentes.

No que concerne à matéria de facto, a lei prescreve que, em regra, o juiz deve declarar quais os factos provados e não provados, analisando criticamente as provas e especificando os

fundamentos decisivos para a sua convicção, conforme resulta dos artigos 653.º, n.º 2, 659.º, n.º 2 e 668.º, n.º 1 alínea b) do C.P.C.

No processo especial em causa, tal como no processo sumaríssimo, a lei apenas exige fundamentação sucinta, isto é, breve e concisa, de facto e de direito, sendo certo que nesta espécie de ação inexistente separação lógica entre a decisão da matéria de facto e a decisão de direito.

Trata-se de uma solução harmónica com o facto de a sentença proferida em causas de valor não superior ao da alçada do tribunal de 1.ª instância não ser suscetível de recurso em que possa ser impugnada a decisão fática para os fins a que se reporta o artigo 712.º do C.P.C., mas já assim não é nas ações com valor superior a esse limite.

Assim, em matéria de fundamentação, deve o juiz cumprir o disposto no artigo 4.º, n.º 6 do Anexo do DL n.º 269/98, com a declaração dos factos provados tidos por relevantes para a decisão da causa segundo as soluções plausíveis da questão de direito e a mera referência genérica aos meios de prova produzidos que serviram para formar a sua convicção em relação a eles.

A lei não exige que o juiz elenque os factos não provados e expresse os meios de prova que, nessa parte, foram relevantes para a sua negativa convicção, nem permite que haja reclamação da decisão fática, o que se conforma com a solução legal de não separação lógica entre a decisão de facto e a decisão de direito.

A Ação Executiva Baseada em Requerimento de Injunção

32. Quais as especificidades da execução baseada em requerimento de injunção ao qual foi aposta fórmula executória?

A execução fundada em requerimento de injunção segue, com as necessárias adaptações, a forma de processo comum, nos termos do disposto no artigo 21.º do Anexo do DL n.º 269/98.

Os valores que o exequente pode cobrar no âmbito desta execução são os previstos no artigo 13.º, n.º 1 alínea d), por força da remissão efetuada no artigo 21.º, n.º 2, todos do Anexo do DL n.º 269/98. Assim, a quantia peticionada no procedimento de injunção vence juros à taxa de 5% ao ano a contar da data de aposição da fórmula executória até integral pagamento. Trata-se de uma sanção pecuniária compulsória, semelhante à prevista no artigo 829.º-A, n.º 4 do Código Civil, e cujos valores revertem, em partes iguais, para o exequente e para o Instituto de Gestão Financeira e das Infra-Estruturas da Justiça, nos termos do disposto no artigo 21.º, n.º 3 do Anexo do DL n.º 269/98.

Esta execução implicará que o agente de execução que receba o processo o analise e inicie imediatamente as diligências prévias à penhora nos termos do disposto nos artigos 812.º-C alínea b) do C.P.C. Assim, será uma execução sem citação prévia do executado e, em princípio, sem despacho liminar.

O requerimento de injunção a que foi aposta fórmula executória constitui um título executivo de natureza extrajudicial e enquadrável no artigo 46.º, n.º 1 alínea d) do C.P.C.

No âmbito da oposição à execução que o executado pretenda deduzir, estabelece o artigo 814.º, n.º 2 do C.P.C que os fundamentos admissíveis são apenas os constantes do n.º 1 do mesmo artigo, ou seja, os aplicáveis às sentenças. Pretendeu-se justificar este regime com o facto de, na formação destes títulos, existir um processo ou procedimento prévio onde o réu/requerido deverá ter deduzido toda a sua defesa, precludindo o direito de o fazer mais tarde, designadamente no âmbito da respetiva execução.

Ora, o Tribunal Constitucional pronunciou-se sobre este regime, declarando, no Acórdão n.º 9437/2012, de 31 de outubro, a inconstitucionalidade desta norma “quando interpretada no sentido de limitar a oposição à execução fundada em injunção à qual tenha sido aposta fórmula executória”. Entendeu o Tribunal Constitucional, e bem, que, estando em causa um título

executivo extrajudicial, os fundamentos de oposição admissíveis são os previstos no artigo 816.º do C.P.C. e, portanto, todos os que possam ser invocados no processo de declaração.

Esta decisão assentou, por um lado, no princípio da Garantia de Acesso ao Direito e aos Tribunais, consagrado no artigo 20.º da Constituição da República Portuguesa e na dimensão de proibição de “indefesa”, no sentido de afastar a limitação de o executado se poder defender amplamente da pretensão do requerente perante um órgão jurisdicional que, oferecendo garantias de imparcialidade e independência, decida a questão em prazo razoável por aplicação de premissas jurídicas.

Por outro lado, entendeu-se que a limitação dos fundamentos de oposição à execução operada pela equiparação do requerimento de injunção à execução baseada em sentença representa uma restrição desproporcional daquela garantia do artigo 20.º da CRP, por lhe faltar justificação dotada de racionalidade jurídica exigida pelo artigo 18.º, n.º 2 e 3 da CRP.

Na sua fundamentação, o Tribunal Constitucional teve ainda o cuidado de precisar a diferente natureza do ato de aposição da fórmula executória ao requerimento de injunção relativamente ao ato jurisdicional, apoiando-se, para tanto, numa vasta doutrina e no trilha histórico do instituto da injunção. A este propósito destacou-se o Preâmbulo do DL n.º 404/93, de 10 de Dezembro, diploma que instituiu no ordenamento jurídico português esta figura, e onde se poder ler que a “aposição da fórmula executória, não constituindo, de modo algum, um ato jurisdicional, permite indubitavelmente ao devedor defender-se em futura ação executiva, com a mesma amplitude com que o pode fazer no processo de declaração, nos termos do disposto no artigo 815.º do Código de Processo Civil”.

Assim, a opção por parte do devedor no sentido de não deduzir oposição ao procedimento de injunção apenas tem como consequência o facto de o secretário lhe apor a fórmula executória, adquirindo o requerente de tal procedimento um título executivo extrajudicial, nos termos do disposto no artigo 46.º, n.º 1 alínea d) do C.P.C.

Ou seja, o credor adquire um título extrajudicial que lhe permite o recurso à ação executiva, mas não adquire um título com força executiva semelhante às sentenças transitadas em julgado, cujas decisões são, em regra, insuscetíveis de recurso ordinário. Se assim fosse, estaríamos perante uma implícita competência jurisdicional conferida ao secretário judicial, com a consequente violação do princípio da reserva de jurisdição, previsto no artigo 202.º, n.º 1 da CRP.

Este documento pertence à Câmara dos Solicitadores. Em qualquer reprodução, parcial ou total, deverá constar essa informação.

Referência em caso de citação:

Câmara dos Solicitadores (2013) *Os procedimentos especiais do DL n.º 269/98, de 1 de Setembro -A Injunção*. Lisboa